

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

Governo Estadual descumpre palavra e não apresenta proposta salarial

Durante os 92 dias de greve dos professores estaduais o Governador do Estado e o Secretário da Educação disseram exaustivamente que apresentariam uma proposta de política salarial para quatro anos. Disseram que a greve era intempestiva e que deveríamos aguardar o anúncio da suposta "política salarial", primeiro para abril, depois maio e, finalmente, 1º de julho, que dizem considerar como a data-base da categoria (quando, na verdade, pela lei nossa data-base é 1º de março).

Pois bem, o dia 1º de julho se foi e nada foi anunciado. Nossa greve foi mesmo intempestiva? Por que os meios de comunicação, as entidades do magistério e tantos que deram crédito à palavra do Governo Estadual não vêm a público questioná-lo e dizer: os professores tinham razão?

Sim, tínhamos e temos razão. Este é um governo truculento, autoritário, cruel com professores e estudantes, inimigo da escola pública e agora, mais uma vez, fica provado: não é verdadeiro!

Mobilização social pela valorização dos professores e em defesa da escola pública

A greve foi suspensa, mas nossa luta não acabou. Vamos continuar nos mobilizando por cada um dos pontos de nossa pauta de reivindicações, buscando ampliar o movimento em articulação com pais, estudantes e outros segmentos sociais.

Esta mobilização conjunta já está ocorrendo em diversas escolas, por meio dos Conselho de Escola, para garantir reposição de aulas justa para professores e estudantes e deverá prosseguir. Para

tanto, a APEOESP realiza neste sábado o II Encontro Estadual de Conselheiros de Escola, que reunirá representantes de pais, professores e estudantes, membros de Conselhos, escolhidos nas regiões em encontros organizados pelas subseções.

CER decidirá o calendário de mobilizações

No dia 04 de julho a reunião do Conselho Estadual de Representantes avaliará a greve e definirá a continuidade do movimento, decidindo as datas em que voltaremos às ruas e realizaremos todas as demais atividades de luta pelo atendimento de nossa pauta de reivindicações.

Assim, as reuniões de Representantes devem fazer uma avaliação da greve e formular propostas para a continuidade da nossa luta.

Reposição de aulas

A APEOESP solicitou reunião com o

Secretário da Educação para exigir que as escolas e diretorias de ensino cumpram as normas da reposição de aulas, pois não está sendo garantida para professores que tiveram suas aulas ministradas por professores eventuais durante a greve. Em grande parte dos casos os conteúdos não foram ministrados e isto vem sendo ignorado. Em outros casos, não estão sendo garantidas outras possibilidades de reposição, conforme preveem as regras da própria Secretaria. Os Conselhos de Escola também não estão sendo convocados em muitas unidades. Nesses casos, os professores devem se unir aos pais e estudantes e, com a anuência de 1/3 dos membros, convocar o Conselho independente do diretor.

No portal da APEOESP (www.apeoesp.org.br) a categoria pode informar os problemas que está enfrentando para repor as aulas, subsidiando a Diretoria em seu contato com a SEE.

Pedido de vista suspende julgamento do dissídio da greve

O julgamento do dissídio da greve dos professores, solicitado pela APEOESP, que se realizou na quarta-feira, 1º de julho, foi suspenso devido a pedido de vista de um dos 25 desembargadores que compõem o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado.

Tanto o relator, quanto o juiz revisor pronunciaram-se de acordo com os interesses do Governo, utilizando minúcias jurídicas para considerar nossa greve abusiva e recomendar a não concessão dos pontos da pauta, além de tomar ar-

gumentos do Governo como verídicos, sem questionar, como por exemplo a concessão de 45% de reajustes em 4 anos (quando sabemos que, de fato, só houve 28% de reajustes). Entretanto, o pedido de vista pode permitir o acréscimo de novos elementos que podem influenciar os 23 desembargadores que ainda não votaram.

De posse do texto que embasou o voto do relator, nossa defesa irá preparar os novos argumentos para a continuidade do julgamento, no final de julho.